



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS

Presidenta Dilma, Vossa Excelência vetou nossa realidade.

A menos de 2 km do Palácio do Planalto está o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Talvez V. Exa. não o conheça. O prédio fica no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). É desse lugar, tão perto da sede do vosso trabalho, que vos escrevemos. É daqui que debatemos a notícia de vosso veto integral ao projeto de lei que visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para fazer respeitar o direito à educação específica e diferenciada dos Povos Indígenas no que diz respeito ao processo de avaliação.

Somos alunos do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT). Somos Kaingang (RS), Karipuna (AP), Krahô (TO), Manchineri (AC), Terena (MS), Tuxá (BA) e Xavante (MT). Somos quilombolas de Araça/Cariacá (BA), África e Laranjituba (PA), Conceição das Crioulas (PE), Jambuaçu (PA), Puri (MG), Kalunga (GO), Serrote (PE), e também de Saamaka (Nieuw Lombe) e N'djuka (Kisai) no Suriname. Somos Geraizeiros (MG) e Pomeranos (ES), comunidades camponesas tradicionais. Somos militantes, profissionais e apoiadores das causas dos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais.

Somos uma das poucas turmas multiétnicas de mestrado desse país, em um curso fundamentado na educação diferenciada, com base no diálogo de saberes científicos e tradicionais e no compromisso com o exercício de direitos territoriais e culturais. Nesse momento, lutamos pelo direito de escrever dissertações e de defender a produção de conhecimento científico em nossas línguas maternas. Pode parecer ambicioso garantir o direito de se avaliar o conhecimento nas 274 diferentes línguas indígenas faladas no Brasil (dados do *Censo IBGE: 2010*), tanto quanto, há pouco tempo, também o era pensar que uma mulher chegaria a presidência do Brasil.

Presidenta, a Constituição Federal reconhece nossos direitos culturais e territoriais. No Brasil, vigora a Carta Magna que respeita e valoriza a diversidade de Povos e línguas indígenas. Nos lugares onde vivemos, as línguas maternas são fluentes no cotidiano e nas escolas. Recentemente, a ONU afirmou que “o uso de línguas indígenas e a inclusão de conhecimentos indígenas no currículo (das escolas) aumentaram o interesse das famílias e dos estudantes em suas histórias e em suas atuais e futuras oportunidades de aprendizado”. Já existem processos bem sucedidos de avaliação em línguas indígenas em curso no Brasil, uma realidade que o veto ao PL nº 5954/2013 parece ignorar.

Tem sido anunciado o esforço de vosso governo em tornar as universidades públicas mais inclusivas, por meio das cotas étnico-raciais, que pretendem corrigir uma injustiça histórica quanto às oportunidades para o acesso de indígenas e negros.

Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte | CEP 70904-970 – Brasília, DF

Tel: (61) 3107-6000 | Cel: (61) 8161-5502

Site: www.mespt.unb.br | E-mail: mespt@unb.br



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS

Temos contato com cursos de licenciatura intercultural em diferentes universidades brasileiras e cooperação com outras iniciativas no Suriname e no México. Acreditamos que Vossa Excelência perdeu a oportunidade de entrar para a história como a presidenta que oficializou a Pátria Educadora da diversidade. O Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN), universidade indígena, criada pelo Ministério da Educação (MEC), iniciará suas atividades em 2016. Gostaríamos de saber: como uma instituição de ensino superior federal funcionará sem o reconhecimento do direito de avaliação nas línguas indígenas? Nos parece que, ao vetar o Projeto de Lei nº 5954/2013, Vossa Excelência nega o reconhecimento legal de direitos já em exercício.

A UNESCO reconhece que as línguas indígenas são um patrimônio cultural da Humanidade, por isso tem inscrito, em um atlas, as línguas em risco de extinção no planeta - incluindo o Yawalapiti no Xingu, que conta com apenas 6 falantes. O Museu do Índio estima que o país perderá 30% de suas línguas indígenas nos próximos 15 anos. São Gabriel da Cachoeira foi o município pioneiro a reconhecer as línguas Tukano, Baniwa e Nheengatu como co-oficiais, desde 2002. Já no Paraguai, o Guaraní é idioma oficial desde 2011 - primeiro país latino-americano a definir tal estatuto a uma língua originária. Em 2015, o Ministério da Educação do Peru reconheceu o alfabeto de 31 línguas indígenas e determinou a expedição bilíngue de documentos de registros civis.

Confiamos que V. Exa. fará cumprir as proposições que constam em sua Carta Aberta aos Povos Indígenas do Brasil (<http://www.pt.org.br/dilma-reafirma-compromisso-com-indigenas-em-carta-aberta/> ou <https://www.youtube.com/watch?v=I9Kla3WC4Jk&feature=youtu.be>), de outubro de 2014. O respeito às nossas línguas, como previsto na Constituição, deve se estender aos processos de avaliação nas instituições de ensino brasileiras. Nesse sentido, rogamos: reveja sua posição com relação ao PL nº 5954/2013; considere os pareceres técnicos elaborados; consulte as instâncias de representação nacional indígena, em respeito à Convenção 169 da OIT. Não vete o nosso direito.

Brasília, 26 de janeiro de 2016.

Respeitosamente,

Estudantes da Segunda Turma (2015/2017)
Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS

O MESPT é uma iniciativa inovadora, que promove o diálogo de saberes e a pesquisa implicada, por meio da formação no nível da pós-graduação de turmas multiétnicas, compostas por indígenas, quilombolas e demais estudantes oriundos de comunidades tradicionais ou não.